

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: O CASO DE BELO HORIZONTE

Eliene Francisca de Jesus Costa¹
Daniel Santos Braga²

Resumo:

Este trabalho tem como objetivo fazer um levantamento através de documentos disponíveis ao acesso público, em busca de projetos de leis e ações visando a educação ambiental na educação básica, do infantil ao médio, especificamente dentro do Município de Belo Horizonte. Através deste trabalho deseja-se também fomentar estudos abrangendo outras regiões, a fim de se fazer conhecida, ações que contribuam com o crescimento do trabalho ambiental e dê mais visibilidade ao tema regionalmente.

Palavras chave: Educação. Políticas. Ambiental. Infantil. EcoescolaBH.

PUBLIC POLICIES FOR ENVIRONMENTAL EDUCATION IN EDUCATION BASIC: THE CASE OF BELO HORIZONTE

Abstract:

The objective of this study is to conduct a survey through documents available to public access, in search of draft laws and actions aimed at environmental education in basic education, from kindergarten to high school, specifically in the city of Belo Horizonte. Through this work, we also want to encourage studies covering other regions, in order to make known actions that contribute to the growth of environmental work and give more visibility to the theme regionally.

Keywords: Education. Policies. Environmental. Child. EcoescolaBH.

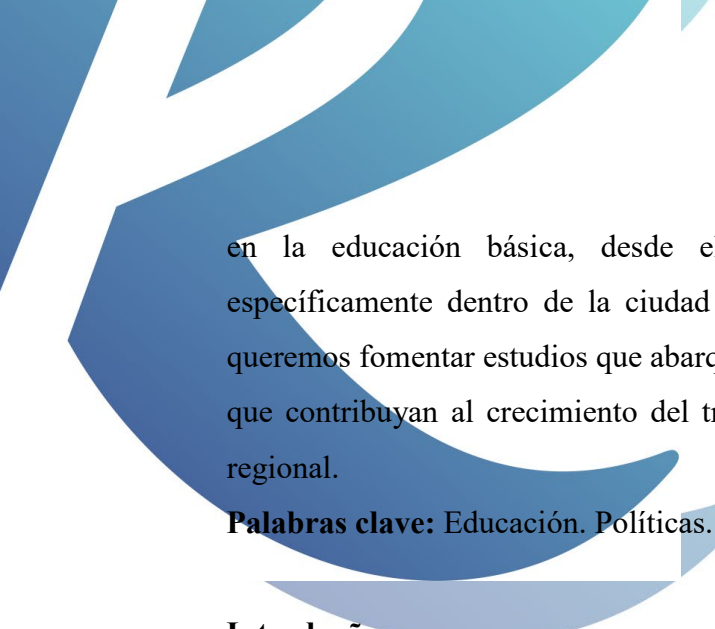
POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCACIÓN AMBIENTAL EN LA EDUCACIÓN BÁSICO: EL CASO DE BELO HORIZONTE

Resumen:

Este trabajo tiene como objetivo hacer una encuesta a través de documentos disponibles al acceso público, en busca de proyectos de ley y acciones destinadas a la educación ambiental

¹ Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Newton Paiva. E-mail: eliencost7@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8904-0399> <http://lattes.cnpq.br/1252275739136384>

² Doutor em Educação pela FaE/UFMG; Mestre em Educação pela FaE/CBH/UEMG. Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG – Ibirité). E-mail: daniel.braga@uemg.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5075-4570>. <http://lattes.cnpq.br/7423863075695528>



en la educación básica, desde el jardín de infantes hasta la escuela secundaria, específicamente dentro de la ciudad de Belo Horizonte. A través de este trabajo también queremos fomentar estudios que abarquen otras regiones, con el fin de dar a conocer, acciones que contribuyan al crecimiento del trabajo ambiental y dar más visibilidad al tema a nivel regional.

Palabras clave: Educación. Políticas. Ambiental. Infantil. Ecoescola BH.

Introdução

Diante da crescente preocupação com o meio ambiente no Brasil e no mundo, reuniões, assembleias e conferências multilaterais têm produzido uma série de acordos internacionais para o enfrentamento das mudanças climáticas. Apesar de todas as propostas adotadas, as soluções são complexas, e os governos de diferentes países têm apresentado dificuldades em executar ações de diminuição do desmatamento, tais como; reflorestamento, redução da emissão de gases do efeito estufa dentre outras iniciativas (ALVES, 2021). Para o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas (IPCC – Intergovernmental Panel for Climate Change), a crise instaurada no planeta é decorrente das ações do homem (ONU, 2021). Portanto, a responsabilidade pela reversão das consequências dos impactos ambientais, não pode ser creditada apenas às autoridades políticas, mas também a cada cidadão, que deve tomar para si parte dessa responsabilidade.

Segundo Capra (2014), a conscientização ambiental deve ser universalizada, e para isso, é fundamental uma formação sistemática, na qual o homem e a natureza sejam compreendidos como indissociáveis, pensamento firmado na chamada teoria de Ecologia Profunda de Arne Naess (1970). Segundo essa compreensão, quando o homem entende a importância da ecologia, e que ele mesmo faz parte dela, tende a cuidar dessa sua extensão como cuida do próprio corpo, de sua casa etc..., pois se vê dependente desse sistema (CAPRA, 2014). Essas noções deveriam ser amplamente disseminadas pela sociedade, começando pela educação básica, que teria papel fundamental na formação do pensamento ecológico.

Neste sentido, este trabalho tem por finalidade, fazer uma reflexão sobre os processos de conscientização para a preservação e conservação do meio ambiente. Mais especificamente, o objeto de análise do estudo são as políticas públicas para educação ambiental voltadas para crianças e adolescentes da educação básica. O recorte da investigação é a Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (RME/BH) na última década. A pergunta que se propõe responder é: quais ações para a educação ambiental têm sido desenvolvidas na educação

infantil e no ensino fundamental no município? A hipótese é que com o crescimento da urgência do tema ambiental em todo o mundo, é cada vez mais importante refletir sobre o real efeito dessas políticas no dia a dia da comunidade escolar.

Para alcançar o objetivo proposto, foi feito um levantamento documental e normativo sobre a educação ambiental no Brasil. Em seguida, analisou-se documentos municipais que tratavam do assunto a fim de se identificar ações e discussões sobre a temática, realizada pela Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (SMED/BH).

Embora o fato de haver discussões a respeito não resolva os problemas ambientais em si, sua existência é um indicador da importância dada à questão por parte das políticas educacionais. De acordo com Kondrat e Maciel (2013 p. 826) “não basta formular ideias para a construção de um novo ideário comportamental humano, é necessário também um estudo aplicado dessas ideias para que se concretize uma real solução dos problemas ambientais”. É preciso que as instituições estejam dispostas a “tirar do papel” os projetos, engajando alunos e comunidade (GRZEBIELUKA; KUBIAK; SCHILLER, 2014). Reforça essa compreensão de que o fato da maioria dos brasileiros, independentemente da cor e escolaridade, terem uma visão do meio ambiente como sendo apenas a flora e a fauna, torna urgente a ressignificação de sua participação como parte deste meio (CRESPO, 2014).

A relevância da abordagem está no fato de que a educação ambiental não deve ser considerada apenas como disciplina escolar, mas deve permear de forma transdisciplinar as salas de aula cotidianamente. Além disso, deve-se transcender todos os meios e fazeres pedagógicos, pois parte da mudança aponta para a necessidade cada vez maior, de integração entre teoria e prática, para um aprendizado mais significativo e completo (GRZEBIELUKA; KUBIAK; SCHILLER; 2014). Dessa forma, a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental são etapas educacionais propícias para se realizar tais discussões “pois é nesta faixa etária que estamos formando o caráter do cidadão, seja no âmbito social ou ambiental” (GRZEBIELUKA; KUBIAK; SCHILLER, 2014, p. 3903).

A educação ambiental deve ser levada a todos os cidadãos, e deve ser aplicada de forma abrangente e significativa em processos que incute nas crianças uma conscientização, a fim de formar cidadãos críticos e participativos na problemática ambiental, tornando possível alguma reversão de danos. Não resta dúvidas de que as mudanças necessárias passem por uma transformação de mentalidade e isso passa, necessariamente, pela educação das novas gerações.

Questões ambientais e a agenda de políticas educacionais.

A educação ambiental é tema recentemente incorporado nos currículos escolares de diferentes sistemas educacionais no mundo, se tornando relevante para discussão entre chefes de estado, apenas nas últimas décadas do século XX, quando o assunto passou a ocupar a agenda política internacional. No Brasil, o principal marco dessa discussão foi a promulgação da Política Nacional do Meio Ambiente em 1981, por meio da Lei nº 6.938, de 31 de agosto daquele ano. De acordo com essa política, é dever do Estado e direito de todos a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental (BRASIL, 1981, art. 2). Este artigo contém 10 objetivos tratando do meio ambiente, entre eles, um que trata especificamente da educação ambiental em todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente. (BRASIL, 1981). Desde então, diferentes legislações têm estabelecido como a questão ambiental deve ser tratada no país.

Uma das mais importantes estratégias da Política Nacional do Meio Ambiente é a educação ambiental. Essa lei foi revista diversas vezes, ganhando novas roupagens por meio de leis complementares, decretos e pareceres, à medida que essa discussão ia se tornando cada vez mais complexa em âmbito internacional. Essa temática foi incorporada na carta magna brasileira após a redemocratização, na Constituição de 1988. O artigo 225 é dedicado à educação ambiental (Brasil, 1988). Neste Artigo ficou estabelecido que: “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

A prerrogativa da legislação que foi se constituindo ao longo do tempo, é que a solução ou pelo menos amenização dos problemas ambientais passa por uma maior conscientização ambiental da sociedade, afinal, se a ação do homem tem influenciado nas mudanças climáticas e com isso nos desastres, se faz necessário rever alguns caminhos tomados. O parecer do Conselho Nacional de Educação nº 14 de 2012 normatiza que a educação ambiental no país seja estabelecida nas diferentes diretrizes curriculares nacionais, tanto no ensino básico quanto no superior brasileiro. Dentre os objetivos do parecer está o de levantar reflexões críticas e propositivas, a fim de formular, executar e fiscalizar projetos de implementação da educação ambiental, fomentar e orientar cursos de formação docente na área ambiental, bem como orientar sistemas educativos dos diferentes entes federados. É certo que antes deste parecer temos muitas outras leis e decretos que tratam da temática, mas ele foi

escolhido por ser um parecer atualizado que tem como base a Lei nº 9.795, de 1999 de pouco mais de dez anos antes, fazendo uma reflexão desde a implantação, e reforçando o que nela havia sido decretado, a partir de então a EA-Educação Ambiental deixou definitivamente de ser vista como uma sugestão, passando a ser um componente obrigatório nos currículos escolares.

Estudos sobre a conscientização ecológica apontam que quando a educação ambiental é inserida já na educação infantil tende a se tornar mais significativa. Isso decorre do fato de que se gera desde a tenra idade um pensamento sistêmico, e que a criança se reconhece como parte do ecossistema, o que pode gerar adultos com o sentimento de pertencimento, não vendo mais a ecologia como algo externo, mas parte de si (CAPRA, 2014). Esta é a expectativa da maioria dos autores quando se refere à educação ambiental. Para tal se faz necessário uma ação forte por parte do poder público que passe a exercer este papel, oferecendo caminhos e meios para que se possa fazer valer esse direito e dever do cidadão, de ter uma educação completa e significativa ambientalmente falando.

Não obstante a tudo apresentado até então, o plano nacional de educação (PNE), no que diz respeito à educação ambiental, ainda é bastante omissivo, dentro das 20 metas que o compõem, não se encontra uma sequer que contemple a EA-Educação Ambiental, ecologia nas escolas, nada, nem no que diz respeito ao ensino básico nem sobre a formação de educadores ambientais para atuarem nas escolas. Se essas são metas nas quais o governo colocará mais recursos, verbas, força etc... não seria um contraponto não se dar a EA a devida importância, destinando pelo menos uma das metas para esse objetivo? Mas isso também vem bem ao encontro de uma infeliz realidade no Brasil, que é um país onde as legislações chegam em abundância e as ações não conseguem acompanhar.

Assim como o meio ambiente as ações precisam de determinado tempo para mostrarem resultados e se julgarmos que uma ação não surtirá efeito antes de seu tempo de maturação e substituindo-a, será como dar um tiro no pé. Em resumo, o que tem se mostrado mais em falta é a continuidade de trabalhos iniciados, nesse caso, talvez ações pequenas, mas bem implementadas, podem valer mais do que grandes ações, mal planejadas e inacabadas. De forma alguma é objetivo deste trabalho lançar dúvida sobre a importância das discussões a respeito do tema, mas apenas levantar uma reflexão, estamos no caminho certo? Se sim, o que podemos fazer para colher mais resultados ao longo da caminhada? Será que os resultados não podem mesmo melhorar? ou a caminhada se tornar mais leve? Enfim, jamais poderia ser dito que nada tem sido feito, apenas corroborar com a ideia de que sempre se pode

fazer melhor. Em face ao cenário nacional, nos últimos anos, Belo Horizonte tem efetuado um expressivo esforço para cumprir as metas ambientais traçadas, implementando leis e projetos regionais a fim de chegar aos objetivos e compromissos firmados. A capital de Minas Gerais, segundo o IBGE, tem sua estimativa populacional em 2021 de 2.530,701 (IBGE/2021), sendo uma das maiores do Brasil. Isso a torna digna de atenção pois pode servir de exemplo em projetos que mostrem resultados significativos concernente à temática ambiental.

O tema começou a ganhar destaque na cidade especialmente a partir da criação do Comitê Municipal sobre Mudanças Climáticas e Ecoeficiência (CMMCE) em 2006. Desde então, vem sendo realizadas na cidade conferências municipais de Meio Ambiente. Belo Horizonte tem participado de movimentos não apenas aqui, mas no Brasil e no mundo em busca de melhorias contínuas. Com o comitê Municipal sobre Mudanças Climáticas e Ecoeficiência (CMMCE) em ação há também um monitoramento constante da emissão de gases do efeito estufa.

O comitê Municipal de Mudanças Climáticas e Ecoeficiência (CMMCE) criou o boletim informativo BH CARBONO ZERO, com o apoio da Prefeitura de Belo Horizonte, por meio da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA), para contribuir na comunicação, difusão e promoção do Plano conforme prevê o documento pactuado entre diversos atores da sociedade. (PBH/BH CARBONO ZERO, 2020).

Em uma busca constante por parcerias, o que vem agregando qualidade e fazendo com que o trabalho ganhe notoriedade, já sendo reconhecida pela própria ONU-Organizações das Nações Unidas pelo trabalho que vem exercendo frente ao problema, em Belo Horizonte, e movimentando também outras capitais. Entre esses parceiros está o Fórum dos Secretários de Meio Ambiente das Capitais Brasileiras - [CB 27](#), que juntos buscam trocar experiências e formar parcerias entre si e com outras entidades com a finalidade de tornarem concretas ações que visem a sustentabilidade. [WWF-Brasil](#) (World Wildlife Fund ou Fundo Mundial da Natureza); que entre todas é a que tem como objetivo principal, o mais condizente com o trabalho proposto que é buscar a harmonização das ações humanas com a biodiversidade.

Isso citando alguns parceiros nacionais, pois boa parte das parcerias foram firmadas com empresas privadas, governamentais ou sem fins lucrativos internacionais, como o [Banco Mundial](#); que tem por objetivo acabar com a pobreza extrema e apoiar o desenvolvimento de países em desenvolvimento. Pacto Global de Prefeitos para o Clima e a Energia - Global

Covenant of Mayors for Climate and Energy ([GCM](#)); uma aliança global de governos e cidades locais, que lutam contra as mudanças climáticas e seus efeitos de forma voluntária. World Resources Institute – WRI; Organização internacional de pesquisa que visa transformar ideias em ações sustentáveis.

[ITDP](#) – Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento; auxilia no desenvolvimento de transportes sustentáveis ajudando no controle da emissão de carbono e poluição atmosférica, e [ICLEI](#)- Governos Locais pela Sustentabilidade; Para gerenciamento e desenvolvimento de iniciativas que visam a sustentabilidade local. BELO HORIZONTE (2021). Essa abordagem acima se faz importante para contextualizar o trabalho realizado por duas das mais importantes (em se tratando da EA) secretarias da administração direta da cidade: a Secretaria de Meio Ambiente e a Secretaria de Educação. É sobre essas ações que as próximas seções irão tratar.

A Secretaria de Meio Ambiente e a educação ambiental

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Belo Horizonte foi criada em 1985, pela Lei 4253/85 tendo a incumbência de controle e conservação do meio ambiente assim como cuidar da melhoria da qualidade de vida da cidade e de seus habitantes. Belo Horizonte, (1985). A SMMA vem se desenvolvendo ao longo dos anos juntamente com as principais leis nacionais e suas discussões. O próprio Comitê Municipal de Mudanças Climáticas-CMMC é um exemplo desses esforços, mas nessa seção gostaríamos de abordar pelo menos dois outros projetos que impactam diretamente a comunidade pois este é o foco principal da nossa pesquisa, conhecer os efeitos dessas leis onde ela deve realmente surtir efeito, no dia a dia da comunidade.

A Secretaria de Meio Ambiente desenvolve um trabalho importantíssimo nessa luta que é levar essa contribuir através de várias ações que essa consciência chegue até a população pois de nada adiantaria tantos movimentos e discussões se a comunidade sem a participação ativa da comunidade local, uns dos pontos abordados no CNE/CP nº: 14/2012 (pág. 2).

Este Parecer, inicialmente, situa a Educação Ambiental em seus marcos referenciais: legais, internacionais e conceituais, caracterizando o seu papel, sua natureza, seus objetivos, bem como o compromisso do Brasil com as questões socioambientais. Evidencia ainda, o

importante papel dos movimentos sociais em provocar a aproximação da comunidade com as questões socioambientais.

Entre os vários projetos e ações pensados para aproximar a população do meio ambiente que as cercam, destaca-se o BH Itinerante, este projeto objetiva levar para diversos locais de BH, cursos de formação de Educadores Ambientais. Este curso é aberto à participação de toda a comunidade, e tem por finalidade tornar cada participante um disseminador dessa ideia e dos saberes ali adquiridos. (BELO HORIZONTE, 2021).

Os trabalhos do BH Itinerante, teve suas atividades iniciadas em 2001 e até 2019, realizou 39 edições presenciais, e estando em sua 2ª edição online em 2021, por ocasião da pandemia de Covid-19. É um curso semestral, e os participantes têm a oportunidade de participarem de várias oficinas e encontros ao ar livre passando por um processo de conhecimento da biodiversidade existente na região, através de passeios guiados, trilhas e visitas a lugares históricos. É um trabalho de formiguinha segundo relatos de participantes e educadores. Segundo ainda egressos do projeto, as maiores dificuldades encontradas são justamente a falta de condições físicas, monetárias e reconhecimento do trabalho por colegas (GOBIRA; TOMASI, 2019). Soma-se a isso, a dificuldade de encontrar profissionais capacitados ou que queiram se capacitar para trabalhar como multiplicadores em comunidades e escolas.

A maioria dos que participaram do projeto até então, não conseguem ou não desejam ser esse tipo de multiplicador, seja por desinteresse, atuação em outra área ou dificuldades (resistência) encontradas em suas áreas de atuação. Infelizmente uma dessas áreas é justamente a educação (GOBIRA; TOMASI, 2019). Mas mesmo com todas as dificuldades, o programa comemora seus avanços, vendo crescer seus participantes e colaboradores.

Os agentes levam para seu espaço de convivência as experiências vivenciadas no projeto, incentivando outros a seguirem o mesmo caminho. Apesar das dificuldades e burocracia que trava um pouco o andamento do trabalho, segundo os voluntários, a natureza lhes concede materiais suficientes para o trabalho. Durante um passeio, por exemplo, a interação com o meio, os jardins e mata, são tão ricos que servem como material didático para as aulas. É inegável a crescente preocupação quanto ao tema, e as divergências com respeito à eficácia ou não dos mecanismos usados para fazer frente ao problema. Mas a maioria parece concordar que aos poucos algumas mudanças vêm acontecendo. (GOBIRA; TOMASI, 2019). E para que cresça essa conscientização, é necessário que as ações sejam cada vez mais

descentralizadas, talvez por acreditar-se que ações regionais tornam mais fácil alcançar a população que realmente precisa ser alcançada (CAMARGO, 2014).

Outro projeto interessante dentre tantos é o Selo BH Sustentável, este programa visa conceder a qualquer estabelecimento que decida aderir voluntariamente ao movimento por uma BH Sustentável, um selo de reconhecimento. Esse projeto é muito importante pois incentiva a participação da comunidade física, pública e privada. O estabelecimento que adere ao programa passa por todo um processo de adequação, cumprindo com algumas obrigações e comprovando-as através de relatórios e comprovação das ações para adquirirem o Selo BH Sustentável. É uma forma de não apenas engajar a sociedade como também fazê-las elas próprias seus fiscais.

Na próxima seção abordaremos essa realidade dessas práticas, ainda mais próxima da comunidade que é a EA Educação Ambiental nas escolas, através de ações vindas a partir da SMED Secretaria Municipal de Belo Horizonte.

A educação ambiental na Secretaria de Educação de Belo Horizonte

A Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte é a responsável por propor, gerir e coordenar o trabalho de toda rede municipal de educação, e sob sua responsabilidade está o cuidar para que a educação ambiental esteja presente no currículo escolar das escolas no município.

No início do trabalho foi um pouco desanimador pois um dos primeiros documentos analisados foi o Plano Municipal de Educação (PME), datado de 2016, o documento contém 20 Metas traçadas para a vigência de dez anos. Com várias estratégias, não foram encontradas nenhuma meta ligada a EA-Educação Ambiental, considerando seu tempo de vigência e que foi elaborado no calor da discussão ambiental no país, esperava-se uma atenção maior ao tema no documento.

Mas no andar dos trabalhos pode-se constatar, que apesar dessa pouca ou nenhuma importância dada ao tema EA, no site da SEMED foi encontrado uma quantidade considerável de projetos dedicados a educação ambiental no município, em especial o site [EcoescolaBH](#), onde foi feito a maior parte dos estudos. a EcoescolaBH é uma iniciativa que engloba toda comunidade escolar do município, com projetos abrangendo desde a educação

infantil até escolas de ensino médio, com participação ativa de professores, alunos e comunidade. Com uma diversidade de projetos e parcerias para apoiar esse projeto. Entre os parceiros estão a Companhia Urbanização de Belo Horizonte (URBEL); responsável pela implementação da Política Municipal de Habitação Popular e Defesa Civil; coordenação, planejamento e implementação das políticas públicas de defesa civil do município, PUC Minas – Proex, TEIAS - Trabalhos Ecológicos de Integração Social, ICLEI, Governos Locais pela Sustentabilidade; Para gerenciamento e desenvolvimento de iniciativas que visam a sustentabilidade local. Cooperativa dos Recicladores e Grupos Produtivos do Barreiro e Região (COOPERSOLI; Uma Cooperativa de captação e triagem de Materiais recicláveis e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte (SMMA), apresentada na seção anterior deste artigo, e diversos outros parceiros que fica até difícil colocar aqui, para conhecer todos os parceiros e projetos acesse o site, [HOME | ecoescolabh](#).

Segundo Adriana Moura-Coordenadora do Programa Ecoescola BH, neste momento existem 306 cursistas dentro do programa, oriundos de diversas escolas do município de BH, o que ajuda a impulsionar os trabalhos. Estes cursistas são professores, diretores, monitores e outros atores participantes da vida escolar. O curso envolve vários projetos encabeçados por estes cursistas, desenvolvidos dentro da rede municipal de educação. Contando com a extensa rede de apoio os projetos englobam várias áreas dentro da educação ambiental; reciclagem, hortas e jardins, tecnologias voltadas para a EA, enfim, um programa com diversos projetos que geram ramificações abrindo um leque de oportunidades para os alunos desenvolverem sua criatividade e desenvolverem as mais diversas habilidades, cumprindo assim com um dos marcos conceituais do CNE/CP nº:14/2012 que diz que; “Para que os estudantes constituam uma visão da globalidade e compreendam o meio ambiente em todas suas dimensões, a prática pedagógica da Educação Ambiental deve ter uma abordagem complexa e interdisciplinar.” Ainda no mesmo marco fica expresso que a educação ambiental

deve ser integradora, em suas múltiplas e complexas relações, como um processo contínuo de aprendizagem das questões referentes ao espaço de interações multidimensionais, seja biológica, física, social, econômica, política e cultural. Ela propicia mudança de visão e de comportamento mediante conhecimentos, valores e habilidades que são necessários para a sustentabilidade, protegendo o meio ambiente para as gerações presentes e futuras. (CNE/CP nº:14/2012).

Questionada sobre algum projeto que ela gostaria que fosse dado foco neste trabalho, Adriana diz ser impossível escolher apenas um, pois todos são importantes demais e interligados entre si, deixando

à critério a escolha do trabalho, então foi colocado foco em alguns dos projetos realizados, que entendeu-se representar bem o programa.

Exemplos de projetos;

Desenvolvido na Escola Municipal Aduino Lúcio Cardoso, o projeto Aquaponia, foi idealizado pelo monitor Walisson Ailton, e recebeu todo apoio da diretoria e dos alunos. Walisson lançou a o desafio incentivado por um discurso do secretário geral da ONU em 2015, com a adesão dos alunos criaram o projeto, que acabou se transformando, na época, em uma empresa, ganhando até logomarca.

Alface e cebolinha cultivadas no espaço de 20 metros atrás da escola



Foto: Divulgação/E.M.Aduino Lúcio Cardoso

O projeto constitui-se no plantio de hortaliças sem o uso de solo, com raízes submersas em água, onde são utilizados peixes como forma de manter um ciclo de recirculação da água. Com o projeto, os alunos contribuem com a própria alimentação na cantina, levando para casa o excedente. Os alunos que ajudaram na criação do projeto tinham entre 10 e 15 anos, e o espaço que antes era inutilizado foi transformado em um espaço verde que passou a ser utilizado como espaço pedagógico para toda a escola. Assim, o projeto fez com que a

educação ambiental na escola fosse passada de forma interdisciplinar, já que os professores de várias disciplinas usam o espaço para suas aulas.



Alunos dão palestra para outros alunos que também estudam na E.M. Adauto Lúcio Cardoso

Foto: Divulgação/E.M. Adauto Lúcio Cardoso

Procurou-se verificar se o projeto ainda estava em curso e descobriu-se que o projeto teve suas atividades suspensas no final de 2019 e com a chegada da pandemia não teve retorno. O espaço antes reservado ao projeto foi destinado a criação de uma escola de educação infantil. Decorre desse exemplo, a ilustração de um problema que parece recorrente, tanto neste como em outras ações: a descontinuidade das iniciativas implementadas, o que convida à reflexão mais profundamente sobre a temática e a busca por ações cada vez mais eficazes e duradouras, que contemple um número maior de pessoas.

Mas em contato com o projeto Ecoescola pode-se também verificar que ao mesmo tempo em que este projeto teve suas atividades encerradas, no mesmo ano na escola Gracy Vianna Lage, no Jardim dos Comerciantes, Venda Nova, deu-se início um projeto similar e que está ativo e crescendo. Ou seja, um projeto sempre deixa suas marcas e neste caso, embora um não tenha continuado deu incentivo para que outra comunidade pudesse ser

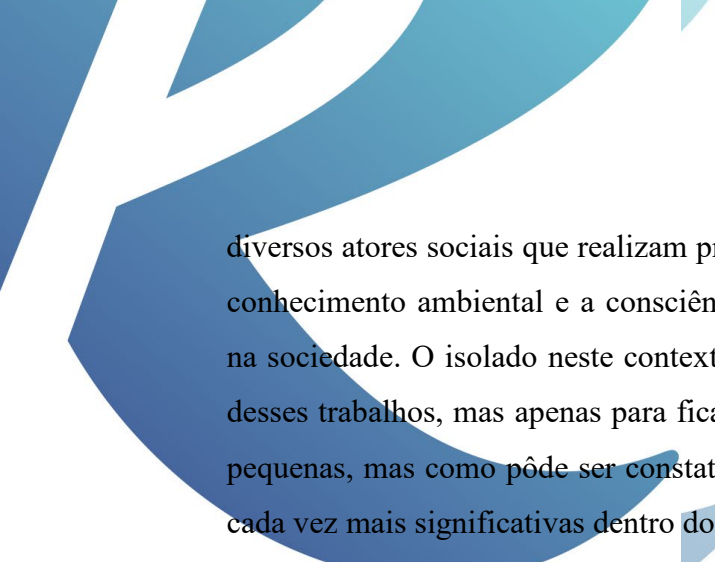
contemplada com a mesma ideia. Isso de forma alguma diminui a necessidade de se cuidar para que todo projeto iniciado tenha sua continuidade garantida, mas, enche de esperança quanto a influência de cada ação empreendida.

Outro exemplo de projeto é o Percorso Ambiental, neste projeto as escolas participantes do programa têm a oportunidade de enviar seus alunos em excursões que levam os alunos em vários espaços dentro da cidade onde podem presenciar através das aulas em espaços abertos e não formais tudo que aprendem dentro dos projetos locais. Espaços como o PROPAN- Programa de Desenvolvimento e Recuperação da Bacia da Pampulha, Espaço Ambiental de Venda Nova, um espaço criado especialmente para visitas e aulas abertas de educação ambiental para escolas públicas e privadas de Belo Horizonte e a Coopersoli Barreiro, para onde vai o material reciclável recolhido pelos alunos das escolas participantes deste projetos, ou seja, elas tem a oportunidade de entrar em contato direto com o resultado de seu esforço. Estes foram apenas exemplos de lugares onde alunos passam por experiências extracurriculares ligadas à EA-Educação Ambiental, mais informações e para conhecer todo o projeto é só acessar o link [Percursos Ambientais](#).

Por fim, um último exemplo é a coleta seletiva, projeto do qual várias escolas fazem parte e contribuem para uma escola e cidade mais limpa e sustentável já que muitas escolas desenvolvem os trabalhos não apenas dentro das escolas, mas também na comunidade. Dentro da programação de coleta pode ser constatado a presença de 30 escolas apenas neste projeto, para esse fim as parcerias fazem toda diferença pois além da coleta para qual contam com a parceria da SLU e para a recepção dos materiais recolhidos que vão em sua maior parte para a parceira COOPERSOLI.

Considerações Finais

As questões relativas à degradação do meio ambiente, bem como sua recuperação e preservação são prementes e urgentes, se fazendo necessária uma participação mais efetiva de diferentes atores sociais, públicos e privados, em sua execução. No entanto, algumas das reflexões suscitadas por este estudo demonstram que, embora não seja ainda plenamente institucionalizada, a questão ambiental tem recebido atenção por parte do poder público. As iniciativas das SMMA-Secretarias Municipal do Meio Ambiente e SMED- Secretaria Municipal de Educação DE Belo Horizonte, que fomentam a participação das escolas e de



diversos atores sociais que realizam projetos – mesmo que isolados – são fundamentais pois o conhecimento ambiental e a consciência ecológica vão se materializando e se disseminando na sociedade. O isolado neste contexto não é usado para diminuir o tamanho da importância desses trabalhos, mas apenas para ficar evidenciado que em uma visão global podem parecer pequenas, mas como pôde ser constatado, são ações que crescem e se ramificam se tornando cada vez mais significativas dentro do plano geral da educação ambiental.

Então, ao retomar o questionamento principal da pesquisa aqui apresentada sobre quais ações para a educação ambiental têm sido desenvolvidas na educação infantil e no ensino fundamental no município, temos como retorno que sim. Em questão de políticas públicas e em projetos e programas desenvolvidos dentro das secretarias responsáveis pela gestão escolar e ambiental do município de Belo Horizonte, trabalho este que com certeza no futuro mostrará seus frutos. Então, o porquê se fez ou se faz necessário fazer um estudo para se fazer essa constatação?

Pesquisas sugerem que a forma que vem sendo usada para transmissão do problema ambiental não tem sido eficaz para gerar na população um senso de responsabilidade ambiental. Em outras palavras, embora as pessoas tenham consciência do problema, não se preocupam suficientemente para fazer algo a respeito. Por considerarem outros assuntos como mais relevantes no momento, justamente por não conseguirem fazer uma ligação significativa entre o meio ambiente e seu cotidiano (VOTTO; 2017).

Este estudo abrangeu uma pequena região como citado anteriormente, considerando um plano maior, mas, essa é a ideia, analisar microrregiões e assim poder contribuir com o macro. Mais adiante quem sabe podemos fazer outro(s) estudo(s), englobando talvez a grande BH podendo colaborar assim um pouco mais com o crescimento e melhoramento das ações já existentes, com a divulgação, item esse que tem sido um fator contribuinte para que essas ações não apareçam como deveriam.

Referências

Câmara dos Deputados 1981. Disponível em; [Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](#) - [L9795 \(planalto.gov.br\)](#) - [D4281 \(planalto.gov.br\)](#)

última consulta em 18/09/2021

Conselho Nacional de Educação/CNE/CP Nº: 14/2012, Disponível em; [Parecer CNE/CP nº 14/2012, aprovado em 6 de junho de 2012 \(mec.gov.br\)](#) última consulta em 18/09/2021.

TRIGUEIRO, André (Coord.). **Meio ambiente no século 21**. Sextante: Rio de Janeiro, 2014. Pág.; 20-64-312-313-314

Travassos Gomes, Edson este projeto **A educação ambiental nos currículos: dificuldades e desafios**. Revista de Biologia e Ciências da Terra. 2001;1(2):0. [fecha de Consulta 19 de Septiembre de 2021]. ISSN: 1519-5228. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=50010202>

GRZEBIELUKA; KUBIAK; SCHILLER. Educação Ambiental: A importância deste debate na Educação Infantil. REMOA - dez. 2014, p.3884. Disponível em; [db2c34f1c13672c4f76e20c4dc967e8b0cfa.pdf \(semanticscholar.org\)](#)

Hebert Kondrat e Maria Delourdes Maciel. Revista Brasileira de Educação out.-dez. 2013). Disponível em; [\(PDF\) Educação ambiental para a escola básica: contribuições para o desenvolvimento da cidadania e da sustentabilidade \(researchgate.net\)](#)

GOBIRA, A. S.; GUIMARÃES TOMASI, Áurea R. BH Itinerante: reflexão sobre o processo de formação dos educadores para uma sensibilização ambiental. **REMEA - Revista Revista Panorâmica – ISSN 2238-9210** - V. 37 -Set./ Dez. 2022.

Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental /2019. p. 83–104, DOI:
10.14295/remela.v36i2.8930.

Disponível em <https://doi.org/10.14295/remea.v36i2.8930>

ThaCityFixBrasil, [Por que as mudanças climáticas ainda não preocupam a população em geral? | TheCityFix Brasil.](#)

Prefeitura de Belo Horizonte; 14 DE MARÇO DE 2016, Disponível em; [\(Plano Municipal de Educação \(2\).pdf \(pbh.gov.br\) Plano Municipal de Educação \(2\).pdf \(pbh.gov.br\)\)](#) último acesso em; 14/10/2021

Secretaria Municipal de Educação/BH. Coleta Seletiva. Disponível em; [HOME | ecoescolabh COLETA SELETIVA | ecoescolabh](#) última consulta 27/11/2021

Espaço Ambiental de Venda Nova. Disponível em;
[c59914_e914289d92f340d59c79fda27cda8bab.pdf \(ecoescolabh.com\)](#)

Brasil/IBGE, População. 2021. Disponível em; [IBGE | Cidades@ | Minas Gerais | Belo Horizonte | Panorama.](#) Último acesso em 17/10/2021

Revista Globo Rural. Alunos de escola pública de Belo Horizonte desenvolvem Sistema de Aquaponia. 2016: Disponível em; [Alunos de escola pública de Belo Horizonte desenvolvem sistema inédito de aquaponia - Revista Globo Rural | Cidades Verdes](#)

Alves. JED. O relatório do IPCC e a gravidade da crise climática. Ecodebate. Disponível em;
[O relatório do IPCC e a gravidade da crise climática \(.com.br\)](#)